



Pacto federativo e reforma devem andar juntos, diz Davi

Roque de Sá/Agência Senado



Além da reforma e do pacto federativo, Bolsonaro, Davi e governadores discutiram plano de equilíbrio financeiro dos estados

Presidente do Senado afirma que Congresso, Executivo e estados estão unidos por melhorias no pacto federativo e na redistribuição de recursos, mas dependem da Previdência para salvar economia

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que a reforma da Previdência deve vir acompanhada de uma nova forma de distribuição dos recursos da União, um desejo dos governadores.

A declaração foi dada após reunião, na residência oficial do Senado, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e governadores, para discutir o pacto federativo e as dificuldades financeiras de estados e municípios. Também participaram

líderes partidários e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Para Davi, um encontro tão amplo demonstra a preocupação do Executivo com a situação dos estados. Ele acrescentou que o Senado está disposto a fazer a ponte entre o governo federal e os governos estaduais.

Já os governadores entregaram aos presidentes do Executivo e do Legislativo uma carta com seis demandas para estimular o desenvolvimento. Entre elas, a adoção imediata de um plano de equilíbrio fiscal para os estados. **4 e 5**

Vaga escolar para filho de agredida deve ser assegurada

Projeto que assegura vaga em escolas de educação básica mais próximas da residência de filhos ou dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica foi aprovado ontem no Plenário do Senado. A garantia será incluída entre as medidas protetivas da Lei Maria da

Penha. De acordo com o projeto, que volta para a Câmara dos Deputados, a matrícula deverá ser garantida ainda que não haja mais vagas na instituição.

Dados mostram que 16 milhões de mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência no último ano. **5**

Roque de Sá/Agência Senado



Senadores alteraram a proposta, que volta para a análise da Câmara

Volta à Câmara revisão de taxas de cartório do DF **3**

MP da reforma administrativa pode ser votada **2**

Senadores criticam decreto sobre porte de armas **5**



José Cruz/Agência Brasil

Proposta encaminhada pelo governo reajusta o salário mínimo só pela inflação

Comissão aprova prorrogação do prazo para reajuste do mínimo

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem o projeto que estende para 2023 as regras usadas até janeiro para o cálculo do salário mínimo. Segundo o texto, a remuneração dos trabalhadores deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB verificada dois anos antes. A

legislação em vigor só previu a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. Sem a prorrogação do prazo, o Executivo ficou livre para definir se haverá e de quanto será o reajuste, como já o fez no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem. **3**

Marcação de limite de imóveis rurais vai à sanção **5**

MP que dificulta fraude no INSS está na pauta de hoje **2**

Avança projeto que muda vários pontos da lei antidrogas

As Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais aprovaram ontem o projeto que promove mudanças na política sobre drogas. O texto é o mesmo aprovado pela Câmara, sem modificações feitas na Comissão de Constituição e Justiça. **8**

Agricultura familiar terá novo cadastro, diz secretário

O secretário de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Fernando Schwanke, anunciou ontem, em audiência pública da Comissão de Agricultura, que um novo cadastro para a agricultura familiar entrará em vigor em 6 de junho. **7**

Comissão pode votar hoje reforma administrativa

Relatório da medida provisória que alterou a estrutura administrativa do governo federal foi apresentado na terça-feira à comissão mista. Pedido de vista e início da ordem do dia adiaram a votação

A COMISSÃO MISTA especial que analisa a medida provisória da reforma administrativa pode votar hoje o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A MP 870/2019 altera a estrutura administrativa do governo federal.

Ontem o presidente da comissão, deputado João Roma (PRB-BA), adiou a votação porque a Câmara dos Deputados havia iniciado a ordem do dia, o que regimentalmente impede a votação em comissões. A votação já havia sido

adiada na terça-feira, após pedido de vista do relatório apresentado por Bezerra.

Entre as mudanças feitas pelo relator, está o desmembramento do atual Ministério do Desenvolvimento Regional para permitir a recriação dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional. Outra emenda acatada transfere o controle das questões indígenas para o Ministério da Justiça. Hoje está com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O relator também decidiu manter o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Justiça, atendendo um pedido do governo e do titular da pasta, ministro Sergio Moro.

O texto recebeu críticas dos parlamentares. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) chamou a MP de “péssima”, lamentou o esvaziamento das questões do meio ambiente e apontou que o fim do Ministério do Trabalho “ofende o combate ao trabalho escravo”. Ele também lamentou o que chamou de “limitação ao direito dos auditores-fiscais” de combater crimes como a lavagem de dinheiro.

O deputado Arthur Lira (PP-AL) disse que outros ajustes deverão ser feitos. Ele ainda afirmou que o combate à corrupção não pode ser personalizado na figura de Sergio Moro. O deputado Alexandre Padilha (PT-CE) criticou o controle sobre ONGs previsto na MP. Ele defendeu a recriação do Ministério do Trabalho.



Bezerra defende o relatório ao lado do presidente, deputado João Roma

MP que dificulta fraude no INSS está na pauta do dia

A votação da medida provisória de combate a fraudes e benefícios irregulares no INSS (MP 871/2019), que ocorreria ontem, foi adiada para hoje, às 10h.

Vários parlamentares reclamaram do relatório do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), que manteve a inclusão dos segurados especiais (trabalhadores rurais

e pescadores artesanais) no Cadastro Nacional de Informações Sociais para comprovação de tempo de serviço.

Segundo o presidente do colegiado, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), alguns pontos do relatório foram modificados para tentar um acordo. As mudanças foram costuradas durante reunião a portas fechadas, pouco antes do adiamento

da votação.

Um dos pontos é o adiamento, de 2020 para 2021, do início do prazo para o CNIS ser a única forma de comprovação para o trabalhador rural.

— A gente avançou muito, por isso é que vamos suspender a reunião e marcar [a votação] para amanhã [hoje] — disse Izalci.

Com Agência Câmara

Roberto Rocha defende reforma da Previdência

Se o Congresso não aprovar a reforma da Previdência, terá hipotecado o futuro das novas gerações, afirmou Roberto Rocha (PSDB-MA). Para o senador, o Estado não terá recursos para pagar aposentaria no futuro a crianças e jovens de hoje, caso nada seja feito.

— Desde a Constituinte, todos os presidentes da República enviaram uma proposta de reforma da Previdência ao Congresso Nacional. Todos, sem exceção. Então não se trata de uma proposta de governo, ela passa a ser uma proposta de Estado, um projeto de Estado.



Wellenir Borreto/Agência Senado

Jayme Campos destaca escassez de médicos no interior

Jayme Campos (DEM-MT) disse que a saúde pública vive um dilema. Ele destacou a concentração de médicos nas grandes cidades e a escassez no interior dos estados. Segundo ele, falta estrutura adequada para o trabalho no interior.

— Os baixos investimentos não criaram as condições mínimas para os médicos das cidades mais distantes. Os municípios não têm especialistas nas áreas mais importantes nem os equipamentos básicos para o atendimento ambulatorial nos serviços de média e alta complexidade — disse o senador.



Wellenir Borreto/Agência Senado

Mãe de Dante de Oliveira é exemplo, afirma Wellington

Wellington Fagundes (PR-MT) parabenizou os 98 anos de Maria Benedita Martins de Oliveira, completados recentemente.

Ela é mãe do ex-governador de Mato Grosso e ex-deputado federal Dante de Oliveira (1952-2006). Em fevereiro de 1983, Dante apresentou projeto de emenda constitucional propondo o restabelecimento da eleição direta no país.

— Dona Maria é um exemplo de fé e raça da mulher cuiabana. Amargou dores como as perdas de seus filhos. Dona Maria é um legado histórico do povo cuiabano. Que Deus continue lhe dando forças!



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Lasier, Coaf deve permanecer no Ministério da Justiça, e não da Economia

Lasier Martins (Po-de-RS) lamentou as articulações para que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)



parlamentares na comissão mista da MP 870/2019, que trata da reforma administrativa. Para ele, a alteração pode dificultar o combate à corrupção no país.

— Espero que o Congresso não permita nenhum recuo no combate à corrupção no país. A sociedade está atenta.

— Espero que o Congresso não permita nenhum recuo no combate à corrupção no país. A sociedade está atenta.

MP da Liberdade Econômica não exclui direitos trabalhistas, diz Marcos Rogério

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou em Plenário que a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), editada na semana passada, atende os anseios da população, que é de um Estado menor e menos intervencionista, com incentivos ao empreendedorismo, à valorização dos mercados,



à geração de renda e emprego.

Para o senador, o modelo liberal deve conectar fatores econômicos, políticos e sociais, sem prejudicar trabalhadores.

— É bom sublinhar que os direitos e as garantias do trabalhador brasileiro estão insculpidos na Constituição.

— É bom sublinhar que os direitos e as garantias do trabalhador brasileiro estão insculpidos na Constituição.

Plínio Valério defende que o governo foque também no desemprego

Plínio Valério (PSDB-AM) recomendou que o governo e o ministro da Economia, Paulo Guedes, “não concentrem seus esforços apenas em destruir a Zona Franca de Manaus e em aprovar a reforma da Previdência, mas em problemas mais importantes para a população, como o desemprego”.



O senador disse que os benefícios fiscais do Polo de Manaus representam só 8% do total de renúncias.

Segundo Plínio, o governo, além de não respeitar os idosos com as mudanças nas regras previdenciárias, pune os jovens ao anunciar cortes no orçamento de universidades.

Segundo Plínio, o governo, além de não respeitar os idosos com as mudanças nas regras previdenciárias, pune os jovens ao anunciar cortes no orçamento de universidades.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Previdência e direitos humanos

9h Audiência para debater Previdência, com foco nos direitos humanos.

MP 870/2019 Ministérios

9h Apreciação do relatório.

VENEZUELA Governador de Roraima

9h Audiência para discutir crise na Venezuela e seu impacto no Brasil, com a presença de Antonio Denarium.

CDR Minérios em Roraima

10h Audiência para debater estudos realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais em Roraima.

CRE Acordo com a Suíça

10h Entre 8 itens, o PDL 57/2019, sobre acordo previdenciário com a Suíça.

CTFC Obras paradas em creches

10h Audiência sobre obras paradas de creches e pré-escolas. Entre os convidados, os presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da Confederação Nacional de Municípios e representantes do Ministério da Economia e da Caixa Econômica Federal.

BRASIL/CAZAQUISTÃO Embaixador

11h Audiência com o embaixador do Cazaquistão no Brasil, Kairat Sarzhanov.

MP 871/2019 Fraudes em benefícios

10h Análise de relatório.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Avança projeto que estende regra de reajuste do salário mínimo até 2023

Proposta aprovada ontem em colegiado prevê a correção pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB verificada dois anos antes

O PROJETO DE lei do Senado que estende para 2023 as regras usadas até janeiro para o cálculo do salário mínimo foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De acordo com o PLS 416/2018, a remuneração dos trabalhadores deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB verificada dois anos antes.

O texto recebeu uma emenda do relator, Paulo Paim (PT-RS), que propôs o acréscimo de um ano no prazo de vigência da Lei 12.382, de 2011. O texto original previa que as regras ficassem em vigor até 2022. Com a emenda, o prazo foi estendido até 31 de dezembro de 2023.

A justificativa de Paim é “manter os efeitos da lei du-

rante esse novo ciclo de valorização remuneratória do povo brasileiro”.

O atual modelo de correção do mínimo vale desde 2006. As regras foram confirmadas em 2011 e 2015, mas a legislação em vigor (Lei 13.152, de 2015) só previu a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. Sem a prorrogação do prazo, a partir de 2020, o Executivo ficou livre para definir se haverá e de quanto será o reajuste, como já o fez no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, em que prevê a correção do mínimo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com valor estimado em R\$ 1.040.

O projeto, do ex-senador



Marcos Oliveira/Agência Senado

Intenção do relator, Paim, é manter a política de valorização do salário

Lindbergh Farias, prevê duas novidades em relação à política em vigor: assegura um aumento real de 1% ao ano, mesmo que o PIB apresente variação menor ou negativa, e estende as regras de reajuste a todos os benefícios pagos pelo Regime

Geral de Previdência Social (RGPS): pensão, aposentadoria, auxílios doença, acidente e reclusão, salário-maternidade e salário-família.

A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Plenário aprova revisão de taxas de cartórios do Distrito Federal

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que promove revisão nas taxas dos cartórios do Distrito Federal. Além dos reajustes nos serviços, são criadas novas categorias de atos registrares e uma espécie de fundo para subsidiar os cartórios de menor movimento. O PLC 99/2017 agora voltará para a Câmara dos Deputados, de onde veio, pois o texto original sofreu

modificações. O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela manhã e foi ao Plenário com urgência.

O projeto, relatado por Rose de Freitas (Pode-ES), recebeu um voto em separado do ex-senador José Pimentel. Na última versão, aprovada na comissão, a relatora acolheu sugestões de Reguffe (sem partido-DF), crítico da tabela original, evitando

saltos de preços como o da habilitação para casamento, que sairia dos atuais R\$ 171,40 para R\$ 281,08, por exemplo. No texto aprovado, o preço ficou mais baixo, em R\$ 170.

Preços

Pela redação aprovada na CCJ, os serviços mais demandados — como reconhecimento de firma simples, autenticação simples e registro de casamento — permanecerão com os mesmos valores cobrados atualmente ou serão levemente reduzidos. As procurações passam a ser divididas em dois tipos, sem conteúdo econômico, ao custo de R\$ 36, valor cobrado hoje, e com valor econômico (para qualquer atividade que gere ganho econômico, compra e venda ou permuta) por R\$ 74,90.

Também passa a existir uma escritura pública sem

valor econômico, ao custo de R\$ 119, mesmo preço cobrado da primeira faixa, de negócios até R\$ 1.750, e do preço cobrado para retificações da escritura. São criadas mais faixas, sendo a última para negócios acima de R\$ 1,1 milhão, ao custo de R\$ 1.765,50.

O projeto propunha a criação de dois fundos: um de 10% sobre os serviços, para a modernização do Judiciário do DF, e outro para compensação financeira aos menores cartórios, pelas emissões gratuitas de documentos como certidão de nascimento — a chamada Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais. Com alíquota de 7% sobre emolumentos pagos pelos usuários, essa taxa foi a única mantida pela relatora no texto, mas com isenção de cobrança sobre os serviços mais utilizados.



Pedro Franco/Agência Senado

A relatora, Rose de Freitas, defendeu o projeto no Plenário e na CCJ

Proposta que limita perda de nacionalidade vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição que elimina a possibilidade de perda da nacionalidade brasileira por naturalização. O texto (PEC 6/2018) vai para o Plenário.

A PEC foi apresentada por Antonio Anastasia (PSDB-MG), que se inspirou no caso de Cláudia Hoerig, que teve a perda da nacionalidade brasileira decretada por ter se naturalizado norte-americana. Conforme observou Anastasia na justificação, desde a pro-

mulgação da Constituição, as orientações públicas tranquilizavam os cidadãos sobre a não perda da nacionalidade em casos como o de Cláudia.

Com a mudança, a perda de nacionalidade do brasileiro ficará restrita a apenas duas possibilidades: quando a naturalização for cancelada por decisão judicial em virtude de fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado democrático de direito ou quando for feito um pedido expresso de perda de nacionalidade à autoridade brasileira competente.

Comissão fará audiência sobre possível privatização dos Correios

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vai promover audiência pública para debater os impactos da abertura de capital dos Correios. A comissão aprovou requerimento de Eduardo Gomes (MDB-TO), convidando o presidente da empresa, Juarez Cunha.

— Temos informações desconstruídas na imprensa sobre a intenção de abertura de capital ou de privatização. Queremos fazer uma discussão desprovida do debate ideológico — afirmou o senador.

Ele ressaltou a importância dos 100 mil funcionários dos Correios que, segundo ele, prestam incansavelmente serviço à população.

A iniciativa recebeu apoio de Plínio Valério (PSDB-AM) e Paulo Rocha (PT-PA). Para Plínio, é importante apoiar a categoria que enfrenta muitos problemas. Já Paulo Rocha, autor de duas leis de anistia a movimentos grevistas na empresa, disse que os Correios cumprem uma função social e sugeriu incluir na audiência a participação de representantes de setores ligados ao serviço.

Paim destaca texto que prorroga norma de aumento salarial

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem a aprovação do relatório dele ao projeto que trata da política de valorização do salário mínimo (PLS 416/2018), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O senador considerou um retrocesso a decisão do governo de não conceder aumento real ao salário mínimo, como já indicou no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Para Paim, é inadmissível que o Congresso Nacional permita essa desvalorização salarial quando o Brasil já se encontra entre os quatro países com maior concentração de renda do mundo.

Paulo Rocha critica política de reajuste do governo Bolsonaro

Paulo Rocha (PT-PA) lembrou que 50 milhões de brasileiros têm rendimento médio mensal de 1,5 salário mínimo (R\$ 1.497) e que 65% dos aposentados e pensionistas recebem o piso de 1 mínimo (R\$ 998). Essas pessoas, disse, serão afetadas pela política do governo de apenas repor a inflação do ano anterior, eliminando qualquer ganho real. Por isso, avaliou, a política de valorização do mínimo dos governos petistas deu maior poder de compra à população carente, o que contribuiu para melhorar a economia, principalmente nos pequenos municípios.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Humberto lamenta que país saia de lista para investimento

Após 21 anos, o Brasil não é listado no levantamento da consultoria A.T. Kearney em que mostra os melhores países para investimento, de acordo com investidores estrangeiros, lamentou ontem Humberto Costa (PT-PE).

Na visão do senador, é resultado da paralisia da economia, da elevação dos combustíveis e do gás de cozinha e a alta inflação para os mais pobres. Tudo isso associado à queda na renda e ao desemprego.

Outro motivo, disse Humberto, está associado às “pautas de morte” que estão sendo priorizadas pelo presidente Bolsonaro.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Davi: Congresso, Executivo e estados se unem pelo pacto federativo

Em reunião promovida pelo presidente do Senado, governadores ouviram de Jair Bolsonaro um apelo ao Parlamento pela aprovação da reforma da Previdência, condição para redistribuir a arrecadação

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que a reforma da Previdência deve vir acompanhada de uma nova maneira de distribuição dos recursos da União, um desejo dos governadores dos estados. Ele promoveu uma reunião com o presidente da República, Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, governadores e vices para discutir o pacto federativo e as dificuldades financeiras enfrentadas por estados e municípios.

— Estamos abrindo o Senado para fazer as pontes necessárias entre os governos estaduais e o governo federal. Como Casa da Federação, precisamos dialogar, conversar e buscar as convergências em torno das propostas e dos importantes desafios que todos nós estamos enfrentando — afirmou Davi.

De acordo com o presidente do Senado, sem a aprovação da reforma, o país corre o risco de entrar em colapso e perder por completo a capacidade de investimento, o que impedirá a redistribuição de recursos com as unidades da Federação.

— Se a gente quer efetivamente redistribuir arrecadação, primeiro precisa ter caixa, equilibrar as contas, por isso a importância da reforma — destacou.

No entanto, ele ressaltou a necessidade da contrapartida do Executivo.

— Os governadores, a Câmara e o Senado querem do governo federal a condição de terem, a partir do movimento de apoio, as condições da distribuição dos recursos arrecadados pela União, já que estão todos os estados dando sua parcela de contribuição.

Líderes

Organizado por iniciativa de Davi Alcolumbre, o encontro teve a participação de 25 governadores e vice-governadores e de cerca de 20 líderes partidários ou de blocos do Congresso. Também participou da reunião o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Para Davi, um encontro tão amplo, com a presença do presidente da República, demonstra a preocupação do Executivo com a situação dos estados.



Entre Bolsonaro e Maia, Davi reitera a disposição do Senado de buscar entendimento sobre o pacto federativo

Bolsonaro afirmou na reunião que o governo federal está aberto ao diálogo para construir um consenso com os estados e municípios.

— Temos que facilitar a vida de quem quer produzir e de quem ainda tem coragem de investir no Brasil, que é um esporte de altíssimo risco dada a situação em que nos encontramos. Estamos todos no mesmo barco e o mar não está para almirante — declarou o presidente da República.

Davi informou que, no contexto do pacto federativo, também foi importante a discussão do

Plano Mansueto, de equilíbrio financeiro dos estados, e outras pautas importantes que estão sendo analisadas no Senado e na Câmara.

Reivindicações

Esses são alguns dos pontos apresentados pelos governadores em uma carta de reivindicações entregue a Davi, Maia e Bolsonaro (veja abaixo).

— O ponto principal da nossa reunião foi compreender o papel que os governadores, as governadoras e o Parlamento brasileiro cumprirão nessa longa travessia

de reconstruir a sociedade brasileira, reconstruindo a legislação e priorizando a redistribuição dos recursos para as cidades e estados no nosso país — afirmou.

Davi disse que Senado e Câmara vão detalhar essas pautas para que estados voltem a ter a capacidade de investimento perdida nos últimos anos.

— Há uma pauta dos governadores dentro do processo legislativo, e se os deputados e senadores compreendem a importância dessa reforma, temos que fazer a condução de um sonho dos estados e dos

CARTA DO FÓRUM DE GOVERNADORES AOS CHEFES DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO
Os governadores dos estados e do Distrito Federal, considerando a necessidade de assegurar a estabilidade financeira dos entes federados, visando à promoção do desenvolvimento social em todas as regiões do Brasil, decidem:
* Reivindicar a implementação imediata pelo governo federal de um plano abrangente e sustentável que restabeleça o equilíbrio fiscal dos estados e do Distrito Federal, a exemplo do já aventado Plano Mansueto
* Reiterar a importância fundamental de assegurar aos estados e ao Distrito Federal a devida compensação pelas perdas na arrecadação tributária decorrentes da desoneração de exportações, matéria regulamentada na Lei Kandir
* Defender a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente e dotado de status constitucional que atenda as reais necessidades da população brasileira no tocante à educação
* Pleitear a regularização adequada da securitização de créditos dos estados e do Distrito Federal, visando ao fortalecimento das finanças desses entes federados
* Requerer a garantia de repasses federais dos recursos provenientes de cessão onerosa/bônus de assinatura aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios
* Apoiar o avanço urgente da Proposta de Emenda à Constituição 51/2019 que altera o artigo 159 da Constituição para aumentar para 26% a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências

municípios que já dura 30 anos, que é a rediscussão do bolo de arrecadação do Brasil. O governo entendeu a mensagem.

Davi também defendeu, em paralelo à reforma da Previdência, a discussão sobre a cessão onerosa do bônus de assinatura com a divisão dos recursos oriundos da exploração do petróleo com estados e municípios.

Segundo ele, o governo federal já manifestou a intenção de rediscutir a concentração de recursos pela União. Ele disse que 70% da

arrecadação dos impostos no Brasil ficam concentrados no governo federal.

— A gente quer inverter a pirâmide, quer que 70% dos recursos estejam na ponta, onde a vida das pessoas acontece, que é nos estados, nos municípios. Inverter a pirâmide vai dar tranquilidade para que os estados possam ter capacidade de investimento e os municípios também. Então, é uma coisa casada com a outra.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Fórum em Brasília apresenta demandas dos estados a Bolsonaro e ao Congresso

O fórum de governadores reunido em Brasília entregou a Bolsonaro, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre uma carta com seis demandas que, segundo eles, promovem o desenvolvimento em todas as regiões brasileiras.

Os 25 governadores e vice-governadores (Amazonas e Paraná não enviaram representantes) reivindicam a adoção de um plano de equilíbrio fiscal dos estados e do Distrito Federal (Plano Mansueto), compensação por perdas resultantes da desoneração de exportações (previstas na Lei Kandir) e a reestruturação e a permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

A carta também pede a securitização dos créditos dos estados e do DF, a distribuição de cessão onerosa (do petróleo), o bônus de assinatura aos estados e municípios e o apoio à aprovação da PEC 51/2019, que aumenta

para 26% o repasse ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) do que a União arrecada em renda e proventos (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). Hoje o repasse é de 21,5%.

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que a situação financeira da União também é crítica. Ele destacou que Onyx Lorenzoni pediu uma semana para responder a cada demanda.

— O governo decidirá se encaminhará uma proposta específica sobre a cessão onerosa, já que o Tribunal de Contas da União decidiu que esse tema precisa de aval do Congresso, ou se deve aproveitar matérias sobre esse tema que já estão tramitando nas duas Casas — esclareceu.

Bezerra frisou outros pontos da carta que dependem de atuação do Congresso, como a retomada da autorização para que os governos estaduais contraiam

operações de crédito e a votação das propostas que alteram o FPE (PEC 51/2019) e o Fundeb (PEC 33/2019). Ele previu que a PEC do Fundeb seja votada até o fim do ano, uma vez que a lei prevê a extinção do fundo em 2020. A proposta aumenta gradativamente a contrapartida da União ao fundo e o torna permanente.

Bezerra também informou que até o fim deste mês o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve finalizar o Plano Mansueto. No encontro, Bolsonaro disse que o governo está aberto ao diálogo.

— Temos problemas comuns, outros não. Temos que ceder num dado momento para ganharmos lá na frente — afirmou.

Rodrigo Maia também convocou um grande acordo para reorganizar as contas públicas de todos os entes da Federação e evitar o colapso. Para ele, a reforma da Previdência por si só não será suficiente para sanar os problemas se os estados continuarem “sofrendo, sangrando e servindo mal à sociedade brasileira”.

Senadores

A ideia de vincular a pauta dos governadores à aprovação da reforma da Previdência dividiu os senadores.

Major Olímpio (PSL-SP) afirmou que a aprovação da reforma da Previdência deverá vir antes do cumprimento das demandas dos estados e do DF. Isso porque

as dificuldades orçamentárias e a baixa capacidade de investimento precisariam ser superadas com a reforma. Ele apontou que, de maneira paralela, uma das estratégias do governo para levar mais receita aos estados tem sido a edição de decretos para desburocratizar e impulsionar a economia.

O senador Humberto Costa (PT-PE) destacou o papel do Senado para fortalecer o pacto federativo e dar condições para estados e municípios enfrentarem suas dificuldades. Para ele, o governo erra ao “limitar ao tema da reforma da Previdência a suas ações relativas à economia brasileira, até porque a reforma pode não ser aprovada nos termos que o governo deseja”. Além disso, precisaria haver, na opinião dele, várias outras frentes de estímulo ao investimento privado e ao consumo das famílias, além de maneiras de preparar o país para enfrentar a possibilidade de recessão e o crescente desemprego.

Também do PT, o senador Rogério Carvalho (SE) disse que cabe ao Congresso resolver alguns dos pleitos dos governadores.

— A securitização das dívidas só depende de o Congresso aprovar a lei que regulamenta o assunto. A partilha dos recursos decorrente dos novos bônus de assinatura também passa pelo Parlamento, inclusive a ideia de que os recursos sejam usados pra reduzir o

deficit da Previdência, liberando fluxo de caixa dos estados.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, disse que qualquer “chantagem política” sobre a reforma da Previdência teria ampla rejeição entre os governadores.

— Claro que não aceitamos que se transforme num “toma lá dá cá”, porque são temas diferentes. Não aceitamos a ideia de que uma coisa está condicionada a outra.

Já na visão do governador do Acre, Gladson Cameli, para melhorar o pacto federativo será preciso aprovar antes a reforma da Previdência.

— Vamos ser sinceros: quem vier com outro discurso é porque quer postergar a situação. Mas não dá para esperar mais.

União

A carta dos governadores foi entregue ao presidente Jair Bolsonaro pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Ele destacou que os governadores estão unidos em volta de uma proposta de reformas, apesar do grupo ser formado por “diversas representações partidárias e ideológicas”.

— A maioria dos governadores está com projetos paralisados. Pedimos que os ministros recebam os governadores e deem encaminhamento aos pedidos, em sua maioria já com aprovação pela Caixa. Muitos são projetos de infraestrutura.

Filho de vítima de violência terá vaga escolar

Filhos ou dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica terão vaga garantida em escolas de educação básica nas instituições mais próximas de onde estejam morando. É o que prevê o PL 1.619/2019, aprovado em Plenário ontem. A matrícula deverá ser garantida ainda que não haja mais vagas na instituição. Como foi alterado no Senado, o projeto volta à Câmara.

O texto, da deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC), inclui a garantia na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). A autora explica que é preciso amparar as mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo entre as medidas protetivas emergenciais previstas na lei a prioridade de matricular os filhos na escola.

Rose de Freitas (Pode-ES) elogiou a aprovação, destacando que 86% das vítimas são forçadas a mudar de endereço diante das ameaças.

— Queremos assegurar a prioridade para que essas mulheres possam matricular seus dependentes, de modo que a falta de vagas não lhes colha num momento tão sofrido — lamentou.

O projeto foi relatado na Comissão de Educação (CE) por Eduardo Gomes (MDB-TO), que lembrou existir na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) previsão de que o Estado deve garantir vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir de 4 anos. Porém, ressaltou, nem sempre a regra consegue ser aplicada.

A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) teve emenda acatada na CE determinando o sigilo dos dados da pessoa agredida e de seus dependentes matriculados ou transferidos de escola.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que as taxas de mulheres que foram agredidas fisicamente pelos parceiros em algum momento de suas vidas variaram entre 10% e 52% em dez países pesquisados.

O Brasil, mesmo reconhecido pela ONU por possuir uma das três melhores legislações contra a violência doméstica e familiar, tem números alarmantes.

De acordo com estudo *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, 16 milhões de mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência no último ano, como ameaça com faca ou arma de fogo (1,7 milhão) e espancamento ou tentativa de estrangulamento (1,6 milhão).

Estima-se que, a cada hora, 536 mulheres sofrem algum tipo de violência física no país. Para 23,8% das vítimas, o agressor é o cônjuge, companheiro ou namorado, enquanto 15,2% foram agredidas por ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-namorado.



Pelo texto, matrícula deve ser garantida ainda que não haja vagas na escola

Aprovado projeto que simplifica georreferenciamento rural

O Plenário aprovou ontem o projeto que dispensa a carta de anuência no processo de georreferenciamento de imóveis rurais. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 120/2017 segue para sanção.

Com a dispensa da anuência expressa dos confrontantes para realização dessa descrição georreferenciada, bastará a declaração do próprio requerente de que respeitou os limites e as confrontações, determina o texto.

Autor do projeto quando ainda era deputado federal, o senador Irajá (PSD-TO) disse que a iniciativa beneficia mais de 15 milhões de pequenos, médios e grandes produtores em todo o país. A intenção é resolver litígios ocorridos há muitas décadas, quando as medições das propriedades não eram precisas, o que contribuiu para gerar insegurança jurídica em todo o país.

Irajá explicou que todo o procedimento do georreferenciamento é bastante cuidadoso, porque envolve trabalho e tecnologia de alta precisão e confere ao procedimento total confiabilidade. Além da tecnologia, há os marcos cravados nas divisas das propriedades. Ao final, o processo é avaliado pelo Inca, que valida o georreferenciamento, encaminhado para averbação em cartório, disse o autor. O projeto foi relatado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Senadores anunciam medidas contra decreto do porte de armas

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentaram ontem um projeto de decreto legislativo para suspender o decreto presidencial que facilita o acesso ao porte de armas para várias categorias profissionais. O PDL 233/2019 passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois pelo Plenário.

Eles também apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação questionando a legalidade da medida. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 581 será relatada pela ministra Rosa Weber.

Os senadores entendem que o decreto contraria o Estatuto do Desarmamento. Dessa forma, apenas um novo projeto de lei poderia criar novas possibilidades de porte, mas não um decreto.

— É falsa a impressão de que, armando a população, vai haver segurança. O efeito pode ser muito pior do que a triste realidade que o Brasil já enfrenta — alertou Contarato.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) defendeu a legalidade e o conteúdo do decreto. Segundo ele, o país já vive em clima de barbárie, mas apenas os “marginais” têm acesso às armas.

— Atrocidades acontecem porque as pessoas de bem estão desarmadas. Os marginais vão facilmente ao mercado paralelo e compram o que quiserem.

RÁPIDAS

APROVA TRANSFERÊNCIA DE JUNTA COMERCIAL PARA O DF

O Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão que transfere da União para o governo do Distrito Federal o controle da Junta Comercial do Distrito Federal. O projeto (PLV 5/2019) segue agora para a sanção. O texto aprovado é o substitutivo apresentado pelo relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), à MP 861/2018. Ele acatou partes de quatro emendas apresentadas à comissão mista que analisou a MP.

AVANÇA PROPOSTA QUE LIMITA ALTERAÇÕES EM ALÍQUOTA DO IPI

A proposta de emenda à Constituição que impede a União de aumentar ou reduzir, livremente, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passou pela segunda sessão de discussão em Plenário ontem. A PEC 55/2015 ainda precisa ser discutida em mais três sessões antes de ser votada em primeiro turno. De Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta estabelece que qualquer alteração do Executivo no alíquota do tributo deve ser submetida ao Senado.

ADIADO DEBATE SOBRE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Foi remarcada para terça-feira a audiência pública com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. O debate estava agendado para hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Integrantes do colegiado devem questionar o ministro sobre o bloqueio de 30% nas verbas de custeio das universidades e institutos federais. O projeto prevê que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2010, sem ganho real.



Davi Alcolumbre participa de café da manhã com Bolsonaro e governadores



Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, pediu que ministros recebam governadores



Governadores Wilson Witzel (RJ) e Helder Barbalho (PA) e vice Rodrigo Garcia (SP)



Ronaldo Caiado, que governa Goiás, fala a outros chefes de estados em reunião

Venda de transportadora de gás da Petrobras é criticada

Senadores e convidados de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional disseram que a privatização deveria ter tido autorização do Congresso, como determinou ministro do Supremo

A DECISÃO DA Petrobras de privatizar a Transportadora Associada de Gás (TAG) foi criticada ontem, em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A companhia, que atua no setor de transporte de gás natural, detém autorizações de longo prazo para operar e administrar um sistema de gasodutos de cerca de 4,5 mil quilômetros de extensão, localizados principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, com capacidade para transportar 74,7 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Em abril, a TAG foi vendida por US\$ 8,6 bilhões para o grupo francês Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec, à revelia de decisão cautelar do minist-

ro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe a venda de ativos de empresas públicas sem autorização do Legislativo.

O ex-consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima advertiu que a privatização da empresa não tem amparo legal e defendeu um amplo debate no STF sobre a decisão. Ele explicou que a venda de refinarias, de terminais e de dutos vai contra a Lei 9.491, de 1997, que veda a privatização de qualquer uma dessas atividades, quando exercidas pela Petrobras.

— É um assunto que ainda precisa de muita discussão técnica, nada de ideologias. Estamos num cenário de ilegalidade.

O diretor jurídico da Fede-

ração Única dos Petroleiros, Deyvid Bacelar, lamentou a medida, ressaltando que a TAG é um dos ativos com maior valor agregado em todo o plano de privatizações da Petrobras. Ele acentuou que a iniciativa privada não fará investimentos vultosos como os que são feitos hoje pelo Estado brasileiro e disse que a estatal não precisa mais se desfazer de nenhum de seus ativos sob a justificativa de amortizar dívidas.

— Se nós permitirmos que a Petrobras vá se retirando paulatinamente do setor de gás, como tem feito, nós colocaremos em risco os investimentos, que são cruciais para o desenvolvimento dessa área em todo o país.

Um dos autores do requerimento para o debate, Jaques Wagner (PT-BA) criticou a ausência de representantes da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), classificando o comportamento como “desrespeito e indelicadeza”. Jean Paul Prates (PT-RN) disse que há um “desmantelamento” da Petrobras. Já a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) disse que a venda de empresas públicas sempre acontece sob a promessa da geração de empregos, mas isso nunca acontece.



Especialistas e representantes do setor em debate dirigido por Izalci (C)

Avançam mudanças na Política Nacional de Defesa Civil

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem proposta que aperfeiçoa a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608, de 2012). Entre as medidas previstas, estão o fortalecimento dos órgãos de proteção e defesa civil e a qualificação de seus agentes, a garantia de participação social e de intercâmbio de informações, o fomento à pesquisa sobre os eventos extremos, o aprimoramento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, a definição de

protocolos de alerta e de ações emergenciais para cada tipo de desastre e a melhoria do sistema de monitoramento meteorológico e geológico.

O texto estabelece que o prefeito que deixar de executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será acusado de improbidade. Determina ainda que a transferência de comunidades atingidas por desastres e em áreas de risco seja acompanhada de equipe multidisciplinar.

De acordo com o autor do

projeto (PL 692/2019), Jorginho Mello (PR-SC), novos avanços na legislação precisam ser alcançados, sobretudo pelos números que mostram o impacto de desastres no país, que não foram reduzidos após a lei.

O projeto teve voto favorável do relator, Carlos Viana (PSD-MG), para quem as alterações deverão contribuir na preparação para enfrentar desastres. O texto segue para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá a decisão final.

Senado poderá ter que aprovar nomes para empresa internacional

A escolha de dirigentes para empresas internacionais com participação da União, como é o caso da Itaipu Binacional, poderá ter que passar pela aprovação do Senado. Proposta com essa finalidade foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 44/2015 também cria dispositivos para facilitar a fiscalização dessas empresas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A intenção é alterar situa-

ções como a que ocorre com Itaipu, empresa binacional brasileiro-paraguaia que é imune ao controle externo.

— Itaipu é uma caixa-preta, seu arcabouço jurídico é do período ditatorial nos dois países — disse o autor da proposta, Alvaro Dias (Pode-PR).

Para o relator, Lasier Martins (Pode-RS), os seguidos escândalos de corrupção mostram a necessidade do controle externo sobre todas as áreas de atuação do governo.

Texto libera utilização de carteira de radialista como identidade

A carteira de radialista poderá valer como prova de identidade em todo o território nacional. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 153/2017, aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto, do ex-deputado André Moura, vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para ter validade, o documento deverá seguir modelo padrão e conter dados pessoais, fotografia, número de

série, entre outros elementos. O radialista não sindicalizado também poderá ter carteira, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional responsável.

Plínio Valério (PSDB-AM) citou, em relatório favorável, dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, revelando que o Brasil conta com quase 9 mil emissoras de rádio, entre comerciais, educativas e comunitárias.

Rodrigues sugere que Roraima retome ronda de bairros

Chico Rodrigues (DEM-RR) pediu ontem que o governo de Roraima retome a execução do Programa Ronda no Bairro em Boa Vista. De acordo com o senador, a iniciativa foi instituída quando ele esteve à frente do governo por nove meses, após estudar experiências exitosas em outros estados.

— Tenho certeza de que grande parte da população sente saudade, e compete ao governador a coragem de, em ação conjunta com o governo federal, replantar esse programa, porque vai trazer paz para o povo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mecias de Jesus pede atenção do governo federal para o estado

Mecias de Jesus (PRB-RR) fez ontem um apelo ao governo federal para que olhe por Roraima. O senador citou a medida provisória que abre crédito de R\$ 223,85 milhões para assistência emergencial e acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos (MP 880/2019).

— Ora, não vou dizer jamais que é injusto isso. Creio que o povo venezuelano merecerá e precisará ser bem atendido no nosso país, mas é preciso cuidar dos brasileiros que estão em Boa Vista, que estão nos outros municípios de Roraima.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Agricultura familiar terá novo cadastro em junho

O anúncio foi feito pelo secretário da Agricultura Familiar, Fernando Schwanke, em audiência da Comissão de Agricultura. Segundo ele, o objetivo é evitar fraudes e otimizar atendimento ao produtor

O MINISTÉRIO DA Agricultura prepara para colocar em vigor, no dia 6 de junho, novo cadastro para a agricultura familiar. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo da pasta, Fernando Schwanke, durante audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

— O novo cadastro visa dar mais segurança para a emissão de certidões de aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar [Pronaf]. Cruzará informações com outras bases de dados do governo, já estando bastante avançado no que tange ao Cadastro Nacional de Informações Sociais do INSS. Estamos focados em cumprir todas as recomendações do Tribunal de Contas da União [TCU] para coibir fraudes ou irregularidades e em otimizar o atendimento ao público-alvo.

Auditoria apresentada na audiência pelo representante do TCU, Vinícius Neves, mostra que mais de 1,3 milhão de declarações de aptidão ao Pronaf, concedidas entre 2007 e 2017, apresentavam indícios de irregularidade. Desse total, cerca de 640 mil acessaram recursos públicos, com valores que alcançaram cerca de R\$ 14 bilhões.



Antoninho Rovaris fala em audiência comandada por Soraya Thronicke

Schwanke esclareceu que, dessas declarações, 815 mil já se encontram inativas. O ministério avalia outras 485 mil e vai bloquear as irregulares. Depois disso, haverá um prazo para que os agricultores bloqueados prestem esclarecimentos ao governo.

Defesa

O secretário ponderou, no entanto, que, em termos percentuais, o número de cadastros irregulares é baixo, cerca de 8% segundo o TCU. Além disso, afirmou, a auditoria do TCU também demonstrou que o índice de inadimplência ao Pronaf foi menor que 1%.

— É uma política pública que deve ser tratada com cuidado pelo poder público.

O presidente da Confe-

deração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, e da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer), Carlos Lopes, disseram que, do número de cadastros irregulares do TCU, quase 900 mil apresentaram “compressão de renda”, declaração de renda bruta anual menor do que R\$ 20 mil, para se encaixar no critério do Pronaf.

— Se eles comprovarem renda maior, não há políticas para atendê-los.

Os senadores Kátia Abreu (PDT-TO) e Luis Carlos Heinze (PP-RS) sugeriram a elaboração de políticas públicas para pequenos produtores rurais durante o debate, que foi comandado por Soraya Thronicke (PSL-MS), presidente da CRA.

Água potável como direito fundamental vai a Plenário

O acesso à água potável poderá ser inserido no rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição. A conquista será possível com uma proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com voto favorável do relator, senador Jaques Wagner (PT-BA).

A apresentação da PEC 4/2018 antecedeu os preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, realizado no ano passado em Brasília. A iniciativa partiu do ex-senador Jorge Viana,

que presidia a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

“É preciso positivar na nossa Carta Magna o acesso à água potável como um direito fundamental, em desdobramento da garantia à inviolabilidade do direito à vida, que não pode existir sem provisão de água — sustenta Viana na proposta.

Wagner destaca no parecer dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) que revelam a ausência do fornecimento de água para 35 milhões de

brasileiros. Na Região Norte, cerca de 45% da população não conta com abastecimento de água tratada, situação que afeta quase 30% dos habitantes da Região Nordeste.

O relator considera ainda mais preocupantes a má qualidade da água consumida por muitos brasileiros e a oferta irregular do produto. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, quase 94% da população nordestina supre suas necessidades hídricas de forma inadequada, índice que alcança 100% na Região Norte.

Comissão aprova MP ampliando alterações no Código Florestal

Por 15 votos favoráveis e 3 contrários, a comissão mista da medida provisória que prorroga até 31 de dezembro de 2020 o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) aprovou ontem o relatório do deputado Sergio Souza (MDB-PR).

O projeto de lei de conversão ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado. A vigência da MP 867/2018 expira em 3 de junho.

O programa regulamenta a adequação de áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal de propriedades rurais à legislação em vigor. A oposição alegou que as mudanças feitas por Sérgio Souza modificaram o Código Florestal, com a introdução de temas alheios à MP.

Os deputados Rodrigo Agostinho (PSB-SP) e Nilto Tatto (PT-SP) apresentaram votos em separado, em que defenderam a aprovação do texto original da medida. O projeto de lei de conversão alterou ainda os marcos temporais de conservação dos biomas brasileiros, o que gerou críticas da oposição.

— No caso do Cerrado, o marco passa a ser uma lei de 1989. Todo mundo que desmatou até aí não vai precisar recuperar a sua reserva legal, o que representa um prejuízo ambiental enorme. O Estado já exigia [preservação]. Dizer agora que quem averbou está garantido e que quem não averbou não vai precisar recuperar é muito triste. Essa matéria vai dar judicialização — afirmou Agostinho.

Já o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse que, ao alterar o texto da MP, “o relator teve a sabedoria de pacificar conflitos que ainda existem e geram insegurança jurídica”.

O texto aprovado estabelece que a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é condição obrigatória para que propriedades e posses rurais possam aderir aos PRAs, a serem implantados pela União, estados e Distrito Federal. Caso os programas não estejam implementados até dezembro de 2020, a adesão deverá ser feita junto a órgão federal, na forma de regulamento.

Relator pede licenciamento diferenciado para hidrelétricas

Foi apresentado ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), o substitutivo de Confúcio Moura (MDB-RO) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 603/2015 que cria um regime diferenciado de licenciamento ambiental para o uso de potenciais hidráulicos estratégicos, destinados à construção de usinas hidrelétricas.

O projeto estabelece que todo Plano Plurianual (PPA) do governo deverá observar o

Plano de Expansão da Oferta de Energia Elétrica, com prioridade para fontes renováveis. Na avaliação de Confúcio, essa medida deverá contribuir para posicionar o tema no topo da agenda nacional.

O substitutivo propõe a criação do instituto da classificação dos potenciais hidráulicos, por meio do qual o poder público garantirá a reserva da área necessária para a construção de hidrelétricas.

Lucas Barreto quer abrir possibilidade para exploração da Renca

Lucas Barreto (PSD-AP) afirmou ontem que há muita desinformação sobre a Amazônia, o que priva os moradores da região de usufruírem de qualquer benefício social em virtude das riquezas lá existentes.

O senador defendeu a revogação da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca), no Pará e no Amapá, para que a área seja explorada e suas riquezas beneficiem a população local e o país.

— A revogação da Renca vai sinalizar o fim da política ideologizada das ONGs e o intervencionismo do Estado.

Veneziano diz que MP sobre saneamento é danosa aos municípios

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) disse ontem que a MP que atualiza o marco regulatório do saneamento básico (MP 868/2018) é danosa aos municípios. A iniciativa foi aprovada na terça-feira em comissão mista. Entre as alterações sugeridas pela MP e criticadas pelo senador, está a vedação aos contratos de programa, que são firmados entre estados e municípios para prestação dos serviços de saneamento em colaboração. Para ele, sem esses contratos, grande parte das cidades precisaria recorrer à privatização do serviço.



Lucas Barreto/Agência Senado



Veneziano Vital do Rêgo/Agência Senado

RÁPIDAS

AMPLIAÇÃO DO SEMIÁRIDO TEM PARECER FAVORÁVEL

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) apresentou à Comissão de Meio Ambiente (CMA) relatório favorável à proposta que amplia a área do semiárido para toda a região de atuação da Sudene. O PLC 78/2017 inclui os municípios do norte do Espírito Santo e aumenta de 800 milímetros para 1.100 milímetros a média anual de chuva para um município ser considerado do semiárido. O objetivo é fazer com que mais municípios possam usufruir de políticas de crédito e benefícios fiscais.

COMISSÃO AVALIARÁ POLÍTICAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Política Nacional sobre Segurança do Clima, com destaque para o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), foi a política pública escolhida para a avaliação este ano pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O colegiado aprovou a realização do estudo e reuniu as sugestões apresentadas pelos senadores Soraya Thronicke (PSL-MS) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). A proposta será relatada pelo presidente da comissão, senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

ESTUDOS GEOLÓGICOS FEITOS EM RORAIMA SERÃO AVALIADOS HOJE

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debaterá hoje estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em Roraima. Devem participar da reunião o diretor-presidente da CPRM, Esteves Colnago, o diretor de Geologia e Recursos Minerais, José Leonardo Andriotti, e o pesquisador em geociências Antonio Charles Oliveira. O requerimento para a audiência, do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), destaca a importância do conhecimento geológico da região para o estado e o Brasil.

Avançam regras mais rígidas contra drogas

Proposta que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas foi aprovada em duas comissões e já enviada ao Plenário. O texto aguarda parecer de outra comissão

O PROJETO QUE promove mudanças na política sobre drogas foi aprovado ontem em uma reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) e enviado ao Plenário, com pedido de urgência. O PLC 37/2013 chegou a ser colocado na pauta do Plenário ontem, mas foi retirado. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou uma questão de ordem sobre a votação, após a aprovação do regime de urgência. Segundo o senador, o projeto precisaria cumprir o prazo de pelo menos duas sessões para ser apreciado em Plenário. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acatou a questão de ordem. A proposta ainda aguarda o parecer da Comissão de Direitos Humanos (CDH), o que deve ocorrer no Plenário.

A proposta altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), que coordena medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção de usuários e à repressão ao tráfico. Um conjunto de ações fiscais e sociais também foi pensando para dar suporte a essa revisão da política antidrogas.

O projeto estabelece que caberá à União criar e manter um sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas. O governo federal terá também de elaborar metas, prioridades e indicadores e adotar medidas para fortalecer a política nas fronteiras. Já os estados terão de estabelecer e manter programas de acolhimento, tratamento e reinserção social e econômica. A elaboração de programas de prevenção caberá aos municípios.



Styvenson recuperou o texto da Câmara, que foi aprovado pela comissão

Em seis anos de tramitação no Senado, o PLC 37/2013 chegou a ser aprovado, com alterações, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), mas o relator na CAE e na CAS, senador Styvenson Valentim (Pode-RN), decidiu resgatar o texto aprovado pelos deputados. Ele defendeu a proposta da forma como veio da Câmara, para evitar que emendas e o substitutivo já aprovado na CCJ levem o projeto a retornar à análise dos deputados.

— Mesmo reconhecendo que algumas alterações propostas pelas comissões do Senado são meritórias, o ganho para a sociedade que elas proporcionariam é comparativamente pequeno frente ao tempo adicional que teríamos de aguardar para que a Câmara deliberasse — defendeu.

Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Rogério Carvalho (PT-SE) apresentaram voto em separado para incorporar mudanças sugeridas durante a análise do projeto na CCJ e na CE. Eles defenderam, entre

outros pontos, a definição de parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário de traficante e a facilitação do processo de importação e comercialização de derivados e produtos à base de *cannabis* (princípio ativo da maconha) para uso terapêutico.

Também criticaram a não inclusão à atenção psicossocial, ao lado do tratamento ambulatorial, como forma prioritária de tratamento dos dependentes de drogas. Segundo Humberto Costa, a proposta traz de volta a abstinência como objetivo do tratamento, quando as políticas mais modernas estão focadas na redução de danos.

Criminalização

Apresentado pelo ex-deputado e atual ministro da Cidadania, Osmar Terra, o projeto agrava as penas do acusado que atue no comando individual ou coletivo de organização criminosa. A pena mínima, nesse caso, passa de 5 para 8 anos de reclusão. A pena máxima permanece em 15 anos.

Para tentar evitar a aplicação de pena de tráfico a usuários, a

O que muda no Sisnad

■ PENAS

Tráfico: A pena mínima passa de 5 para 8 anos de reclusão. A pena máxima permanece em 15 anos.

Menor potencial: A pena deverá ser reduzida de um sexto a dois terços quando o acusado não for reincidente e não integrar organização criminosa, ou se as circunstâncias do fato e a quantidade de droga apreendida demonstrarem o menor potencial lesivo da conduta.

■ INTERNAÇÃO

O texto prevê a internação involuntária (ou seja, sem o consentimento do internado) de dependentes químicos por um prazo de até três meses, a pedido de um familiar ou, na falta deste, de servidor público da área de saúde, de assistência social ou de órgãos públicos integrantes do Sisnad.

■ COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

A proposta incorpora “comunidades terapêuticas acolhedoras” no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

■ REINserção SOCIAL

Reserva de 3% das vagas em licitações de obras públicas com mais de 30 postos de trabalho para pessoas atendidas por políticas sobre drogas. Oferta de vagas aos usuários do Sisnad nos cursos de formação profissional oferecidos pelo Sistema S.

■ IMPOSTO DE RENDA

O projeto permite a dedução, do Imposto de Renda da pessoa física ou jurídica, de até 30% de quantias doadas a projetos de atenção ao usuário de drogas.

proposta cria um atenuante na lei. O projeto prevê a redução da pena quando o acusado não for reincidente e não integrar organização criminosa, ou se as circunstâncias do fato e a quantidade de droga apreendida demonstrarem o menor potencial lesivo da conduta. Nesse caso, a pena deverá ser reduzida de um sexto a dois terços. A norma, contudo, continua sem estabelecer critérios objetivos, caberá ao juiz avaliar caso a caso. Mas, para Rogério Carvalho, sem um critério objetivo, abre-se caminho para a manutenção do encarceramento em massa sob o pretexto de tráfico de drogas. Ele alega que pode haver discrepâncias entre o que cada juiz ou policial considera tráfico.

— Poderíamos legislar, tratar da questão central sobre o que é usuário e o que é traficante. Estamos nos negando e deixando para que, na ponta, o policial,

o juiz de primeira instância, o promotor, defina diante das circunstâncias quem é ou não é traficante — apontou.

Juíza Selma (PSL-MT) e Fabiano Contarato (Rede-ES) argumentaram que a situação é subjetiva e exige das autoridades policiais e do Judiciário uma interpretação dos fatos.

Sobre a internação em comunidades terapêuticas, Styvenson destacou que existem mais de 1,8 mil dessas comunidades espalhadas pelo país e que esses estabelecimentos filantrópicos fazem o acolhimento do usuário ou dependente químico, mas não se caracterizam como unidades de saúde. Nos votos em separado, Rogério Carvalho e Humberto Costa impunham uma série de exigências a essas comunidades, como existência de equipe multiprofissional, respeito à liberdade de crença e exercício de manifestações religiosas.

Zenaide Maia defende saúde básica e preventiva

É preciso investir em saúde básica e preventiva para que Brasil atinja o nível de medicina de primeiro mundo, afirmou ontem Zenaide Maia (Pros-RN) em Plenário.

Para ela, o diagnóstico de 95% das pessoas que procuram uma unidade básica de saúde se dá com a disponibilidade de exames, como hemograma e urina, aliados a equipamentos simples como estetoscópio e termômetro. O problema, disse a senadora, é a falta de profissionais da saúde.

— Como não há médico no posto de saúde, ele vai todo dia ao pronto-socorro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anastasia critica corte de recursos das universidades

Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu a manutenção do orçamento das universidades federais do país. Para ele, o corte de 30% anunciado pelo Ministério da Educação tem influência direta no país.

O ensino público gratuito de qualidade deve ser prioridade porque envolve não apenas o presente, mas o futuro da nação, disse o senador. Para ele, o conhecimento contribui para a transformação da realidade econômica e social.

— A universidade deve ser protegida e desenvolvida não para a promoção pessoal, mas para o progresso do país.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Daniella Ribeiro lamenta redução de verba para federais

Daniella Ribeiro (PP-PB) lamentou o contingenciamento de verbas das universidades federais anunciado pelo governo federal. Segundo ela, serão R\$ 2,2 bilhões, valor que representa 25,3% do total de dinheiro direcionado para o investimento nas instituições.

Para a senadora, isso aumenta o temor de que não haja dinheiro suficiente para arcar com as despesas necessárias para melhorar o funcionamento das entidades. Daniella disse que, na Universidade Federal da Paraíba, o corte afetará 45% das ações de manutenção da instituição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Brasil deve mirar ensino da Finlândia, diz Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) sugeriu que o Brasil se inspire na experiência educacional da Finlândia. O senador disse que, lá, a carreira do magistério é concorrida, os professores são respeitados e valorizados e os alunos são estimulados a expressar sua criatividade e a participar das aulas.

— Será que o presidente Jair Bolsonaro tem conhecimento do que ocorre na educação deste país? Será que o ministro da Educação, ou da falta de educação, tem conhecimento de que esse país com 5,5 milhões de habitantes pôde promover essa revolução?



Genildo Magalhães/Agência Senado

RÁPIDAS

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE CUIDADOR VAI A PLENÁRIO

Projeto que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doenças raras passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem. O PLC 11/2016 recebeu voto favorável da relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), e agora segue para análise do Plenário.

COMISSÃO VAI DEBATER EXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO PARA TÉCNICO DE FUTEBOL

A exigência de graduação em educação física para o exercício da profissão de técnico de futebol, prevista no PLS 369/2015, será debatida em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento foi aprovado ontem a pedido do presidente do colegiado, senador Romário (Pode-RJ).